

## Pessoal de Saúde na RAM, 2019

Há mais médicos, enfermeiros e farmacêuticos na Região

No ano passado, verificou-se um aumento no número de médicos, enfermeiros e farmacêuticos na Região Autónoma da Madeira. Por atividade, e de acordo com os dados mais recentes da Direção Regional de Estatística da Madeira, em 2019 estavam inscritos na Ordem dos Médicos 1.129 profissionais, tendo-se verificado um aumento de 49 (+4,5%) que no ano anterior, em que estavam registados 1080 médicos.

Do total, refira-se que 55,9% (631) eram mulheres. De acordo com o local de residência declarada, 73,3% dos médicos residiam no Funchal, 12,2% em Santa Cruz e 4,4% em Câmara de Lobos.

De acordo com a DREM, que irá divulgar em dezembro de 2020 a edição completa da publicação "Estatísticas da Saúde da RAM 2019", do total de médicos no ano passado, 633 eram especialistas (56,1%), que detinham 741 especialidades. Destas, 21,1% referiam-se a Medicina Geral e Familiar, 9,3% a Medicina Interna, 5,8% a Cirurgia Geral e 5,2% a Pediatria.

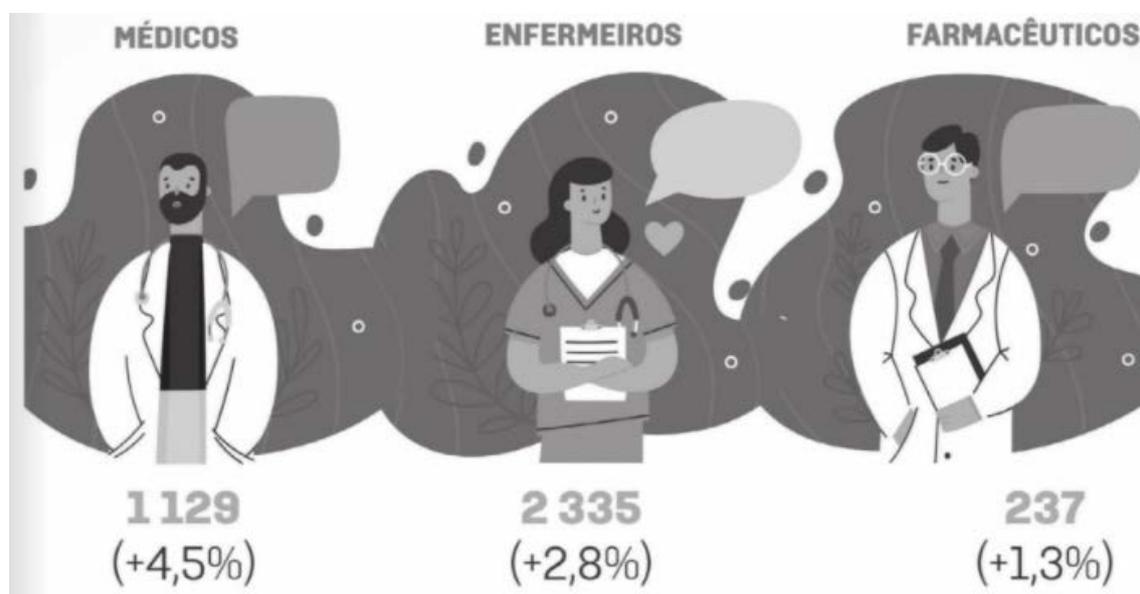
De salientar ainda que, em média, existiam na RAM 4,4 médicos por mil habitantes, verificando-se a maior expressão deste indicador no Funchal (8,0 médicos por mil habitantes) e a menor no município de Santana (0,7 médicos por mil habitantes). "O rácio da RAM é inferior ao do país (5,4), mas superior ao da Região Autónoma dos Açores (3,6)", expõe a DREM.

Já no que diz respeito ao número de enfermeiros inscritos na respetiva ordem, no ano transato, também se verificou um aumento, desta feita de 2,8% em 2019, com 2.335 profissionais quando comparado com 2018, em que estavam inscritos 2.272 em 2018.

Em média, existiam 9,2 enfermeiros por mil habitantes. O rácio da RAM está acima do valor nacional (7,4) e do valor da R.A. dos Açores (8,9).

Por fim, em 2019 existiam 237 farmacêuticos (mais 3 que em 2018) e, de acordo com o local de trabalho, 57,8% encontravam-se no Funchal e 11,4% em Santa Cruz, divulga a DREM.

**NA RESIDÊNCIA DECLARADA, 73,3% DOS MÉDICOS MORAM NO FUNCHAL, 12,2% EM SANTA CRUZ E 4,4% EM CÂMARA DE LOBOS**



## **Madeira dotada com 47 centros de saúde**

A Região Autónoma da Madeira conta com 47 centros de saúde, atualmente distribuídos pelo Agrupamento dos Centros de Saúde da RAM – ACES. Segundo informação patente no site do SESARAM, o ACES é um serviço de saúde integrado no Serviço de Saúde da RAM, constituído por várias Unidades Funcionais e cuja missão é garantir a prestação de Cuidados de Saúde Primários à população de determinada área geográfica.

“Na RAM, o ACES contempla 47 centros de saúde, distribuídos por sete zonas geográficas: CS da Zona Oeste, CS de Câmara de Lobos, CS do Funchal Zona I, CS do Funchal Zona II, CS de Santa Cruz, CS da Zona Leste e CS Dr. Francisco Rodrigues Jardim, as quais podem integrar um ou mais concelhos. Cada Direção de Centro é composta por um médico especialista em Medicina Geral e Familiar, um enfermeiro chefe e uma assistente técnica, com experiência em gestão de CSP”, lê-se na referida fonte.

Na valência do SESARAM, e para além do Hospital dr. Nélio Mendonça, a apontar ainda o Hospital dos Marmeleiros, com internamento de média e longa duração; as unidades dr. Agostinho Cardoso, que funciona como o eixo coordenador da organização antituberculosa na Região Autónoma da Madeira, a qual se baseia no Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose, e o Hospital dr. João de Almada, onde se concentra a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (RRCCI). Esta é uma estrutura constituída por serviços de apoio ao domicílio e de internamento de curta, média e longa duração, que prestam conjuntamente cuidados de saúde e de apoio social, promovendo a autonomia dos seus utentes. O SESARAM aponta ainda Unidade do Atalaia.

### **75,55% DE MULHERES ENTRE OS 5.100 PROFISSIONAIS**

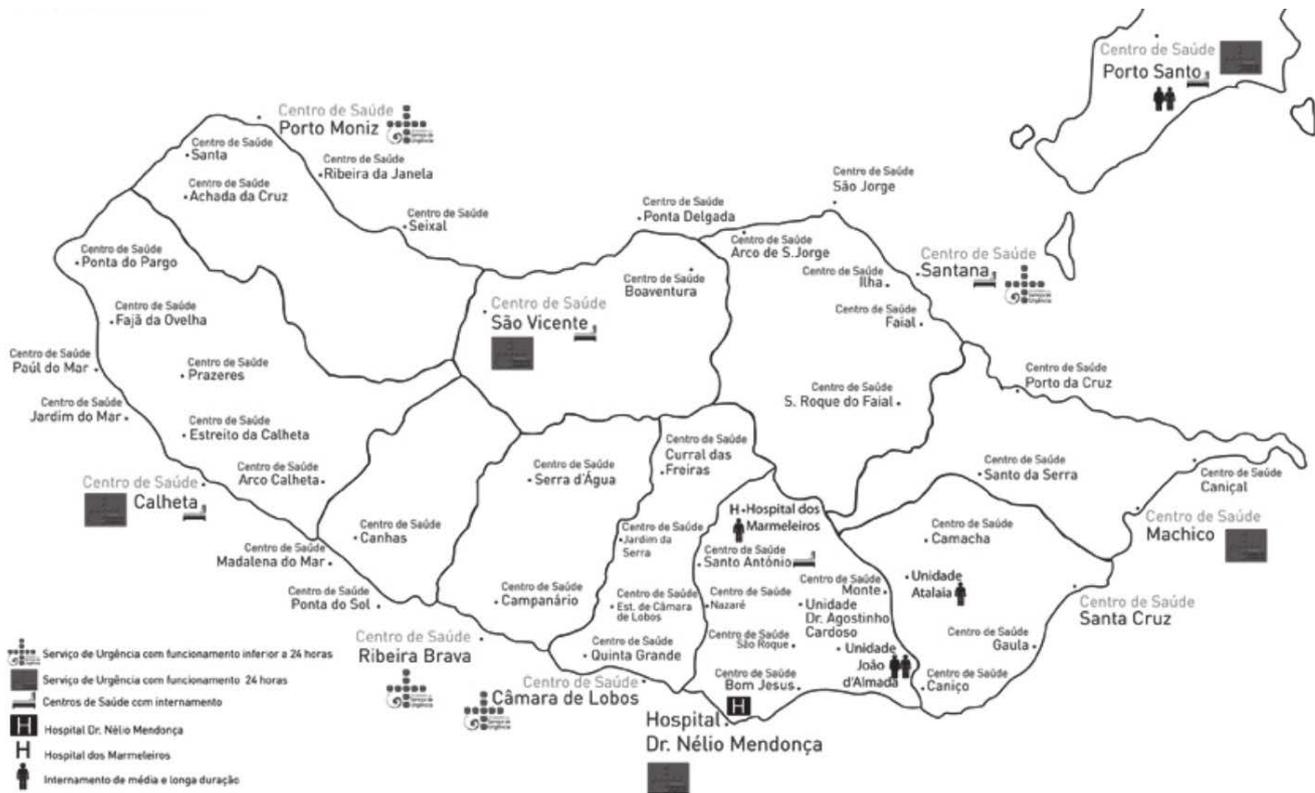
A 31 de dezembro de 2018, o SESARAM contava com 5.100 trabalhadores, um acréscimo de 329 colaboradores, em comparação com o ano anterior. As categorias profissionais dominantes são nas áreas de enfermagem, assistentes operacionais, assistentes técnicos e na área médica. De acordo com as informações disponíveis no site do SESARAM, o quadro de pessoal é constituído maioritariamente por colaboradores do sexo feminino (75,55%), com uma habilitação dominante ao nível da Licenciatura (49%). Ou seja, são mais de 2500 profissionais do SESARAM, distribuídos pelas várias categorias, com o grau de licenciados.

### **TRÊS HOSPITAIS PÚBLICOS E SEIS PARTICULARES**

Os dados do Inquérito aos Hospitais, divulgado pela DREM, dão conta que, em 2018, existiam nove hospitais na Região: três públicos e seis particulares, todos localizados no município do Funchal.

A lotação média praticada no ano em referência (média dos trimestres) ascendeu a 1.846 camas (893 nos hospitais públicos e 953 nos hospitais privados), +2,5% que em 2017 (1 801).

O rácio de camas por 1 000 habitantes subiu para 7,3 em 2018 (7,1 em 2017).



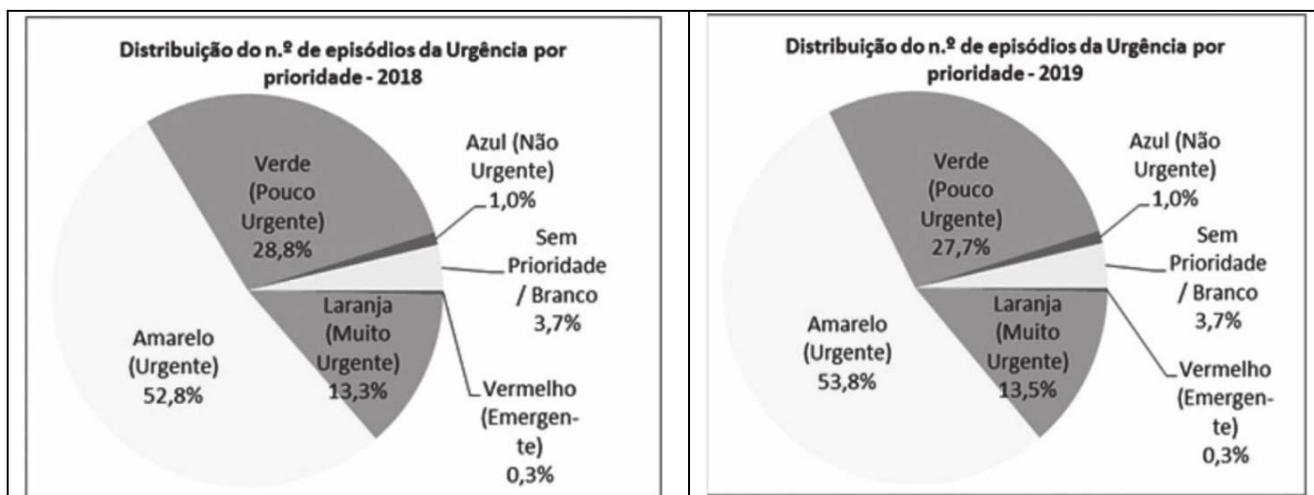
## 20.458 UTENTES TIVERAM ALTA

A 31 de dezembro de 2019, a lotação praticada no Hospital Central do Funchal (que compreende o Hospital Dr. Nélio Mendonça e Hospital dos Marmeleiros) correspondia a 764 camas para agudos.

Ao longo desse ano, deixaram de permanecer nos serviços de internamento 20.458 doentes, devido a alta clínica ou a outro motivo e, a média anual de dias de internamento dos doentes agudos situou-se nos 8,2 dias. Face ao ano anterior, o número de doentes saídos apresentou um ligeiro aumento de 1,4% e o número médio de dias de internamento manteve-se.

## 20.469 PEDIDOS PARA CIRURGIA NO FINAL DE 2019

A 31 de dezembro de 2019, encontravam-se em espera 12.978 pedidos para cirurgia convencional, 7.044 para cirurgia de ambulatorio e 447 para pequena cirurgia, totalizando 20.469 pedidos. O número total de pedidos de cirurgia em espera apresentou uma diminuição da ordem dos -2,1%, em 2019 comparativamente a 2018, em que se registou um total de 20.909.



### Ligeira redução na procura do Serviço de Urgência

O Serviço de urgência do Hospital Dr. Nélio Mendonça notou, em 2019, uma ligeira diminuição na procura do serviço de urgência, relativamente ao período homólogo, da ordem dos 0,6 pontos percentuais, revela o site do SESARAM, no portal 'Acesso à Saúde'. Registaram-se 112.798 episódios de urgência, menos 658 atendimentos que no ano de 2018.

A prioridade de atendimento no serviço de urgência é, desde 2005, baseada no Sistema de Triagem de Manchester. Assim, em 2019, registou-se uma evolução positiva dos episódios classificados como muito urgentes e urgentes, em 0,9 e 1,3 pontos percentuais, face ao ano de 2018.

Os episódios emergentes e muito urgentes representaram 13,8% do total de atendimentos e os urgentes 53,8%. Os episódios triados como pouco ou não urgentes apresentaram uma taxa de 28,7% do total de atendimentos, traduzindo uma redução de 4,4% destes episódios, em 2019.

Já ao nível das unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários, no ano de 2019, realizaram-se um total de 136.605 atendimentos nos serviços de atendimento urgente do SESARAM. Face ao ano anterior, verificou-se um ligeiro crescimento na afluência a estes serviços com mais 1.410 atendimentos, traduzindo assim uma evolução positiva de 1%, Refira-se que os SAU destinam-se a atender situações de doença súbita urgentes e emergentes da população local e flutuante, em articulação com o Serviço de Urgência hospitalar. Estes serviços foram criados no sentido de servir as zonas com maior densidade ou dispersão populacional, para assegurar uma resposta efetiva das necessidades da população.

### 8.022 UTENTES PAGARAM TAXAS MODERADORAS

Em 2019, a taxa moderadora foi atribuída a 8022 utentes e a 9529 episódios de urgência. Assim, face ao ano anterior, o número de utentes e de episódios sobre os quais incidiram taxa moderadora foi

inferior, representando uma variação de menos 7,6% e menos 7,7%, respetivamente, revela o SESARAM, que recorda que As prestações de cuidados de saúde no Serviço Regional de Saúde implicam o pagamento de taxas moderadoras no Serviço de Urgência pelos utentes a quem seja atribuído a prioridade pouco ou não urgente e que não se encontrem nas situações de beneficiários de isenção.

### 275.441 CONSULTAS MÉDICAS NO ANO PASSADO

Em 2019, realizaram-se 275.441 consultas médicas, 109.921 consultas de enfermagem, 22.109 consultas técnicas e 3218 atendimentos técnicos do Serviço Social. Verificou-se uma evolução positiva da atividade desenvolvida em consulta face ao ano anterior, em todos os grupos profissionais.

## 35.089 AGUARDAVAM POR PRIMEIRA CONSULTA



A 31 de dezembro de 2019, 35.089 utentes aguardavam pela marcação da primeira consulta hospitalar. Notou-se uma variação de 1,1% face ao período homólogo.

Em 2018, estavam nessa situação 34.691 utentes.

## 11.449 CIRURGIAS DE PRODUÇÃO BASE



Ao nível da atividade cirúrgica (produção base) registada em 2019, o SESARAM divulga que se realizaram no bloco operatório 5.699 cirurgias convencionais e, em regime de ambulatório, 3.750 cirurgias de ambulatório e 2.000 pequenas cirurgias.

Comparativamente ao ano anterior, representaram estes valores uma variação positiva na atividade cirúrgica (produção base) realizada, de 3,2% nas cirurgias convencionais e de 68,55% nas cirurgias de ambulatório. Nas pequenas cirurgias a variação foi negativa em 37,0%.

### Oportunidade para implementar novas estratégias de resposta

NUNO NEVES DIZ QUE A ANUNCIADA VACINAÇÃO EM MASSA CONTRA A COVID, AO LONGO DO ANO 2021, IRÁ TAMBÉM REQUERER “UM ESFORÇO ADICIONAL DE ORGANIZAÇÃO”.

Para o presidente da delegação regional da Madeira da Ordem dos Enfermeiros, tal como em todas as crises, este “difícil momento” poderá também se constituir como “uma oportunidade de implementação de novas estratégias de resposta do Sistema Regional de Saúde”.

Nuno Neves diz que o principal desafio, que nesta fase se coloca aos serviços de saúde, “é a capacidade de assegurar duas linhas de cuidados em circuitos distintos, que muitos recursos consomem, mantendo pelo tempo que for necessário os serviços dedicados à covid, e assegurando em simultâneo a prestação de cuidados a todos os doentes não covid”.

Também a “extensa lista de espera de doentes, acrescidos dos que tiveram agora os seus cuidados suspensos ou adiados”, irão implicar, no seu entender, “um grande esforço nessa recuperação”.

Este responsável considera também que a anunciada vacinação em massa contra a covid, ao longo do ano 2021, irá também requerer “um esforço adicional de organização”, bem como “um importante plano operacional, onde com certeza os enfermeiros irão desempenhar um papel essencial em mais essa linha da frente na proteção dos grupos vulneráveis”.

No entanto, para tudo isto, alerta, “é clara a necessidade de reforço de profissionais do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente enfermeiros e assistentes operacionais”.

Nuno Neves entende que, “com o aumento exponencial de todo este volume de trabalho, que se prevê de grande dimensão”, será necessário que o SESARAM “detenha os recursos, principalmente humanos, para essa cabal resposta”. Neste sentido, sugere uma “otimização da utilização da capacidade estrutural instalada, com alargamento do horário de funcionamento dos serviços de saúde”.

### Cuidados primários próximos

Nos Cuidados de Saúde Primários, Nuno Neves refere que “assume primordial importância a assunção de um modelo holístico, de proximidade, que responda em tempo útil às necessidades das pessoas”.

Para essa melhoria de resposta ao nível da comunidade, defende “equipas de cuidados multiprofissionais integrados, com uma aposta clara na promoção da saúde e prevenção da doença, compatível com a organização dos cuidados de enfermagem por ‘enfermeiro de família’”.

O representante dos enfermeiros salienta ainda que será preciso “potenciar a teleconsulta e prescrição da medicação crónica”, através de meios digitais, bem como implementar projetos já existentes a nível nacional, na área da telessaúde ou telemonitorização. Para além de ser “uma medida muito eficaz, a baixos custos e com provas dadas”, Nuno Neves diz que esta é também “uma forma de prestação de cuidados muito segura na atual pandemia”, e que podia ser implementada, por exemplo, em programas de monitorização de doentes com doença pulmonar obstrutiva crónica (DPOC), insuficiência cardíaca, hipertensão, obesidade ou feridas.

Outras das sugestões deixadas seria a agilização do programa da hospitalização domiciliária, nos casos elegíveis, que serviria para “aliviar os serviços hospitalares, como também a manutenção da Linha telefónica SRS 24 e as linhas de atendimento telefónico associadas aos centros de saúde e áreas de especialidade, que respondam em tempo útil às necessidades da população, nomeadamente com atendimento pelos enfermeiros especialistas.

“Mais do que nunca”, afirma Nuno Neves, “continuamos a precisar de profissionais motivados, num contexto de condições de trabalho tão complexas e penosas, pelo que é imperativo apostar e valorizar estes profissionais, com o justo reconhecimento e remuneração que lhes é devido” Neste contexto, conclui, “os enfermeiros são, como sempre até aqui, uma vez mais chamados a desempenhar um papel central e imprescindível na resposta às necessidades em saúde da população, através de um conjunto de medidas pró-ativas que passam pela reorganização dinâmica das estratégias de resposta em matéria de saúde ou doença”.

## **ENFERMEIROS PEDEM CARREIRAS MAIS VALORIZADAS**

Na opinião do presidente do Sindicato dos Enfermeiros da Madeira, “se há coisas que ficam definitivamente marcadas para o futuro é a importância dos serviços públicos de saúde e o combate a esta e a qualquer outra pandemia” Juan Carvalho diz que, para estes profissionais terem capacidade de combate a qualquer problema, seja de pandemia ou de desastre natural ou outro evento qualquer, “tem que ter recursos humanos e materiais suficientes para dar as respostas a cada uma das situações”.

Para a classe profissional dos enfermeiros, o sindicalista diz que, se este surto pandémico veio revelar alguma coisa, “foi a importância fundamental e determinante que os enfermeiros têm nos sistemas de saúde, ou seja, termos um número suficiente de enfermeiros nos serviços e em serviços devidamente apetrechados”.

Estes serviços, recorda, “são fundamentais para dar as respostas que os utentes e os doentes necessitam”, considera, salientando que, “quanto aos enfermeiros, será necessário que o serviço regional de saúde admita mais profissionais para capacitar o serviço a dar as respostas necessárias”.

É que, na sua opinião, se por um lado, a população reconhece o papel fundamental dos enfermeiros no sistema, por outro lado, quem governa, não o faz.

E é nesta “tecla” que mais bate Juan Carvalho quando fala no futuro da saúde da Região. Os enfermeiros precisam e devem ser mais valorizados. “Como?”, questiona o enfermeiro, respondendo logo de seguida: “reconhecendo que as carreiras que eles hoje têm são carreiras que não motivam, não criam perspetivas de vida ao desenvolvimento profissional”.

“É necessário que, todos os profissionais de saúde, mas também os enfermeiros, revejam os seus estatutos e as suas carreiras de forma a que eles sejam devidamente recompensados pelo esforço e pelo trabalho que envolvem”, afirma Juan Carvalho.

## **“De nada serve se não se investir nas pessoas”**

OLHANDO PARA O FUTURO, OS DOIS PRINCIPAIS REPRESENTANTES DA CLASSE MÉDICA NA MADEIRA ESPERAM QUE O PÓS-PANDEMIA REPRESENTA UM REFORÇO NO SECTOR.

Para a presidente do Sindicato Independente dos Médicos da Madeira, esta pandemia ajudou a fazer a “consciencialização do quão importante é no orçamento, seja de Estado ou regional, o investimento na saúde”.

Na opinião de Lídia Ferreira, as pessoas e as sociedades, e a riqueza dessas mesmas sociedades, advêm de uma população saudável e a população não está saudável se não tiver um sistema de saúde forte e capaz de dar resposta, quer às situações de base, quer aos dissabores que podem ocorrer, mesmo que pontualmente, de tempos a tempos, como aconteceu agora com esta infeção causada por um novo coronavírus.

É por esta razão que entende que o contributo para a saúde no pós-covid terá de ser “um grande esforço político para não se deixarem novamente cair no argumento de sempre” e que é “estamos agora com dificuldades, por conseguinte, novamente os profissionais de saúde vão ter de ter compreensão e não vamos apostar no seu incentivo remuneratório e na melhoria das suas condições de trabalho”.

Crítica em relação à postura do governo no que respeita à classe que representa, esta profissional da saúde diz que este discurso “não pode continuar” e exemplifica: “Por estarmos em crise não se aposta nos profissionais, quando saímos da crise é porque estivemos nela e agora, perante uma crise económica, o dinheiro é desviado para a banca e para tudo e mais alguma coisa, exceto para os profissionais de saúde e, conseqüentemente as pessoas”, lamenta a médica.

Com os olhos postos no futuro, Lídia Ferreira diz que “de nada serve se não se investir nas pessoas”, acrescentando que “essa é a consciencialização e o grande desafio que tem de começar a ser preparado agora”.

Embora reconheça que seja um processo difícil porque “o dinheiro não cai do céu”, a médica lamenta, por outro lado, que os governos continuem a dar prioridade a outros temas, que em nada têm a ver com o bem-estar da população.

“A verdade é que o dinheiro surge para a resolução de outros problemas, como temos visto ao longo dos anos, resultantes de roubos, desvios e más gestões, que acabam por ser cobertos pela própria população”, considera a profissional.

Admitindo que a pandemia acabou por expor fragilidades já existentes, Lídia Ferreira não tem dúvidas que, se o impacto dessas mesmas fragilidades não está a ser sentido, “é exatamente porque temos pessoas - médicos, enfermeiros e outros profissionais ligados à saúde – que trabalham e fazem algo que, se calhar, não seria viável nem possível se o objeto de trabalho destas pessoas não fosse o ser humano”.

“E isto faz com que as deficiências que existiam e as que existem atualmente não sejam apercebidas por quem só pontualmente convive com elas”, revela, sublinhando que aquilo que esta pandemia fez foi mostrar que essa pontualidade de contacto e de experiência deixasse de ser pontual e, por conseguinte, trouxesse ao de cima aquilo que já existia.

“Se as coisas funcionam é porque as pessoas estão empenhadas no terreno e as fazem funcionar, com muito sacrifício não só a nível profissional, mas também pessoal”, sustenta.

## **LISTAS DE ESPERA RECUPERADAS**

Menos crítico, mas igualmente defensor da saúde da população, para o presidente da delegação regional da Madeira da Ordem dos Médicos, o contributo destes profissionais para a saúde regional no pós-pandemia será o de “estar sempre na linha da frente na defesa da saúde dos nossos doentes na melhoria da qualidade e da formação contínua dos médicos”.

Diz também que será preciso recuperar “o mais rapidamente possível, dentro dos constrangimentos que existem, a lista de espera das consultas, dos exames complementares de diagnóstico e terapêutica, e das cirurgias, dando sempre prioridade máxima aos doentes oncológicos e também a todos os não oncológicos”.

Considera ser igualmente fulcral “promover em força o papel da Medicina Geral e Familiar na prevenção e promoção da saúde da nossa população”.



In “*JM-Madeira*”